



## O Processo de Formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

Júlia Gabriele Lima da Rosa (UFRGS)

Claudio Roberto Baptista (UFRGS – Orientador)

### INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da temática das políticas públicas para pessoas com deficiência e propõe analisar a inserção da educação especial na agenda governamental (*agenda setting*), tendo como foco o processo de formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Faz-se importante destacar que a investigação foi realizada no âmbito do Projeto “Políticas de Inclusão: configurações do AEE e trajetórias escolares de alunos com deficiência”.

### OBJETIVO

Objetiva-se analisar a definição de agenda e formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) com base no conceito de janela de oportunidades que, de acordo com as proposições de John Kingdon, se caracteriza pela influência de movimentos políticos e pelo envolvimento de diversos atores nas arenas decisórias.

### METODOLOGIA

Tratando-se de uma investigação qualitativa, com base na análise documental, adotou-se o *software* de pesquisa qualitativa *NVIVO II* como uma ferramenta de análise dos documentos produzidos a respeito da temática, classificando-os em nós de casos, a fim de ilustrar os atores envolvidos no processo através de um quadro de eventos políticos.

### DESENVOLVIMENTO

Destaca-se entre os anos de 1987 e 1988 a criação, por meio do Comitê da Educação Especial (1985), de um Conselho Consultivo para participar da Assembleia Constituinte de 1988, do qual participavam também representantes de instituições especializadas. Em 1999 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), paritário, com metade de seus membros representando órgãos governamentais e a outra metade, entidades da sociedade civil. O Conselho entrou em funcionamento em 2000 e em 2001 houve o lançamento do Plano Nacional de Educação (MEC, 2001) que considera a educação especial como uma modalidade de ensino. No ano de 2003, foi criada a Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência (CORDE) como um órgão de assessoramento vinculado diretamente à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. No mesmo ano, passou a ser implementado o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (MEC, 2003) que visava transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Tal Programa foi o responsável por orientar as ações referentes à educação especial a partir de 2004. Em cinco de junho de 2007 foi lançada a Portaria Ministerial nº 555 que criava o Grupo de Trabalho que seria responsável por apresentar uma proposta que viria a ser a base da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada pelo governo federal em 2008.

### CONCLUSÃO

Ao adotar o modelo social como sustentação das diretrizes da educação especial, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tornou-se objeto de debate entre os atores envolvidos, conforme identificado nas arenas decisórias. Dessa forma, demonstra-se pertinente o investimento em pesquisas que investiguem o papel do Movimento de Pessoas com Deficiência, das Instituições Especializadas e do Ministério da Educação na Política de Educação Especial.